

Governo começa a julgar os crimes de corrupção

por Quentin Peew
do Financial Times

O governo militar nigeriano iniciou, ontem, seu primeiro julgamento por corrupção a portas fechadas, após os esforços de último minuto de três ex-governadores estaduais para obter um adiamento no seu caso.

O presidente do tribunal militar especial, brigadeiro Paul Omu, encarregado de julgar políticos e funcionários do governo civil deposto sob acusações de corrupção e "sabotagem econômica", fez uma declaração pública antes de iniciar os procedimentos, a portas fechadas.

Mais de quinhentas pessoas estão sendo mantidas sob detenção em Lagos e nos dezenove estados do país, conforme recomenda um decreto para a recuperação de propriedades públicas, incluindo o ex-presidente Shehu Shagari e seu vice-presidente, Alex Ekwueme.

A única indicação de quem seria julgado primeiramente partiu do supremo tribunal de Lagos, onde três ex-governadores estaduais do Partido de Unidade da Nigéria (UPN), de oposição, obtiveram autorização para tentar excluir seus processos do tribunal militar.

O tribunal, entretanto, decidiu quinta-feira passada que os procedimentos do tribunal não deverão ser in-

terrompidos em função do pedido apresentado pelos ex-governadores Olabisi Onabanjo, do Estado de Ogun, Bola Ige, de Oyo, e Michael Ajasin, de Ondo.

EMPRESA FRANCESA NEGA

Os ex-funcionários afirmaram em sua petição que foram acusados de ter obtido, através de procedimentos corruptos, uma contribuição de 2,8 milhões de nairas da subsidiária nigeriana da companhia de construção francesa Bouygues para o UPN. Tanto os ex-governadores quanto a companhia negaram as acusações.

Dois representantes da Bouygues Nigeria dirigiram-se ontem para o quartel do exército de Bonny Camp, na ilha Victoria, comparecendo à primeira audiência.

O brigadeiro Omu, em seu pronunciamento, ressaltou que os julgamentos serão justos, apesar de serem realizados sigilosamente. Acrescentou que a decisão se destina a evitar sensacionalismo e insistiu em que os réus serão representados por seus advogados durante todos os julgamentos.

O tribunal militar, entretanto, está sendo boicotado pela associação de advogados da Nigéria, e algumas fontes jurídicas em Lagos expressaram dúvidas sobre se os réus serão representados por advogados.